

PARA PENSARMOS A COMUNICAÇÃO

Valter Filé (UERJ)
GT 16 – COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

“A compreensão é mediação, um estender de pontes no espaço e no tempo, porém pontes em uma só direção: todos os caminhos conduzem ao sujeito da compreensão e ele é o centro de todos os caminhos. O que se quer ao compreender, é converter o passado em presente, o distante em próximo, o estranho em familiar, o outro nele próprio, o externo em interno, o que não é seu em seu. Por isso, ele converte tudo em propriedade, em identidade, em riqueza. Aquilo que ele compreende o faz melhor, mais culto, mais sensível, mais inteligente, mais rico, mais cheio, mais alto, mais maduro. Talvez por isso, ele compreende tudo a partir de sua cultura, a partir de sua sensibilidade, a partir de sua inteligência, a partir de sua riqueza, a partir de sua plenitude, a partir de sua grandeza, a partir de sua altura, a partir de sua maturidade. Por isso, o sujeito da compreensão é o tradutor etnocêntrico: não o que nega a diferença, mas aquele que se apropria da diferença traduzindo-a à sua própria linguagem. (Jorge Larrosa – Carlos Skliar)

Este esforço de reflexão foi trançado a partir das minhas experiências em comunicação e educação, nos projetos que lidam com práticas comunicacionais baseadas na linguagem audiovisual e dos outros fios que vêm do grupo de pesquisa a que pertencço e dos diversos outros espaçostempos por onde tenho transitado.

Minhas atenções estão voltadas para algumas questões que, para efeito de entendimento são descritas separadamente, embora, na prática se apresentem totalmente misturadas/implicadas mutuamente: a noção de comunicação e as práticas comunicacionais em pequenos grupos e suas possibilidades.

Práticas comunicacionais, o que estou “nomeando” assim?

Propositadamente escolhi começar refletindo sobre o que estou chamando de *práticas comunicacionais* a partir da implicação da noção de comunicação e sua importância para esta e outras tarefas.

Suponho ser oportuno começar revendo algumas idéias que têm “iluminado” o caminho de muita gente. Em seu trabalho sobre os novos modelos e metáforas comunicacionais, Pearce (1996), chama atenção para três pontos que ainda sustentam um velho paradigma: a idéia de que a linguagem cumpre uma função representacional; segundo, que a função chave da comunicação é a passagem da mensagem de um ponto a outro; e, por último, a definição de comunicação como processo secundário. Sobre estes aspectos, o autor nos adverte:

“... a linguagem constrói o mundo não o “representa”. Concordamos em que não é possível representar o mundo tal como é com anterioridade à representação porque a linguagem tem um efetivo aspecto formativo. Dizer como algo se chama não é simplesmente nomeá-lo ou falar sobre isso: é, num sentido muito real, , convoca-lo a ser como foi nomeado. [Assim] a função primária da linguagem é a construção de mundos humanos, não simplesmente a transmissão de mensagens de um lugar a outro. A comunicação torna-se então um processo construtivo.(p.176)”

Então, de acordo com pesquisadores como Prigogine que consideram suas obras como comunicação com a natureza, *o novo paradigma leva a comunicação ao primeiro plano, enquanto simultaneamente, se interroga pelo conceito que temos dela* (op.cit. 1996:176)”. É o que pretendo neste esforço que se segue.

A comunicação: negociações sobre as noções

Tem-me parecido que falar de comunicação é sempre falar de algo muito comum, banal e já imensamente “dominado”, ao menos pelos meus interlocutores. Se falarmos de epistemologia, por

exemplo, não sinto que algumas pessoas tenham a mesma intimidade. Chega a parecer que existe uma “hierarquia” de domínio das noções. Se existe alguma dificuldade para a incorporação de determinados conceitos, para que estes sirvam na operacionalização do conhecimento nas nossas relações com o mundo, tenho um sentimento de que com a comunicação se dá de outra forma. Um misto de intimidade com cegueira, ou seja, de tanto que ela freqüenta nossos sentidos, ou pelo menos é falada, causa-nos a impressão que somos próximos, e, portanto, não damos muita atenção.

Fico incomodado, pensando, então, que devo, como tarefa inicial, refazer o caminho das minhas dificuldades e incômodos, pelo menos como um mantra, e, quem sabe, descobrir que são minhas, as limitações e as outras dimensões do “problema”. Esta atitude pode, no mínimo, me ajudar a refletir sobre minhas práticas, pois, ao me expor mais em busca de me comunicar, vou abordando melhor a questão.

Meu primeiro desconforto está na naturalização e na perplexidade que a consolidação da comunicação, como um campo específico de conhecimento – a Comunicação Social – tem gerado em pessoas e em outros campos do conhecimento, por delegarem aos “especialistas da área” a reflexão e tomada de posição em tais assuntos. Claro que não ignoro os aspectos da disciplinarização da ciência moderna e suas conseqüências para o que estamos tratando.

Outro desconforto, decorrente do primeiro, diz respeito ao reducionismo impingido pela especialização: fica parecendo que todo problema comunicacional é essencialmente um problema ligado às mídias e à transmissão de mensagens. Torna-se um ciclo vicioso, uma vez que as escolas de comunicação têm constantemente privilegiado a formação profissional de pessoas para trabalharem nas mídias e, em decorrência disto, as mídias, em sua dimensão de indústria de produção simbólica reguladas pelas estratégias capitalistas, finalmente têm, de alguma forma, orientado a maioria dos cursos.

Esta situação tem gerado poucas abordagens do tema que fujam à sua matriz: as tecnologias, já que, uma vez existindo um campo de estudos, supostamente, estarão contempladas quaisquer outras demandas pelo assunto, principalmente em outras áreas como a da educação que, como outros saberes, muitos de seus membros tenderão dar à comunicação o estatuto de um processo secundário.

No cotidiano das escolas, me pergunto o quanto temos de problemas comunicacionais atravessando as práticas pedagógicas? Práticas que, baseadas na “transmissão de informações” ou do estabelecimento de uma ordem autoritária, muitas das vezes a partir de um discurso que se pretende democrático, mas que está calcado no poder da autoridade e em atitudes emocionais que ratificam esta autoridade e reforçam tal poder. Tais problemas, de falas e de silêncios, de olhares e “trejeitos” no relacionamento entre as pessoas, da ordem dos entendimentos, da compreensão, do conhecimento, da informação, da negociação e dos projetos coletivos, estão longe de serem refletidos a partir das questões que a comunicação pode suscitar e ajudar a elucidar.

Outra dificuldade de lidarmos com as dimensões da comunicação está naquilo que Von Foerster (1996) nos adverte como sendo *os perigos da linguagem*. Um destes perigos, segundo o autor, se dá quando um verbo se transforma em substantivo.

Quando um verbo é transformado num substantivo [no caso, comunicar em comunicação], nos aparece de repente como se fosse um objeto. Se estamos ante um processo que pode converter-se numa coisa, vamos por um caminho errado. Muitas das nossas dificuldades para compreender se devem a que constantemente tratamos com objetos que, em realidade, são processos (p.62).

Portanto, quando um/a professor/a me diz que vai fazer uma comunicação aos alunos e alunas, me parece que aí poderíamos nos interrogar sobre a noção de comunicação que está em jogo. Aquilo que deveria ser um processo pode estar sendo reduzido a um ato: o

da enunciação (ou revelação). E os problemas que vêm depois (muitas vezes reduzidos a entendimento/desentendimento, escuta/autismo, disciplina/indisciplina) podem não estar na mensagem, mas justamente no fato de que, como um processo, comunicar pressupõe dialogar, conflitar, lutar e embater por sentidos. E estes espaços estão quase sempre interditados ou atrofiados, em nome da autoridade, dos conteúdos a serem transmitidos, da pretensa objetividade e clareza da mensagem, das nossas subjetividades que explicita ou implicitamente acaba efetivando a prescrição – o ato de prescrever - como “processo” em detrimento da negociação. Nestes eventos de enunciação (ou anunciação), comumente nos preocupamos com a qualidade dos elementos materiais: a luz, aparelhos de som, onde vamos colocar aquele tanto de alunos/as, o horário, etc. Porém, qual será o tanto de preocupações do tipo: como vou saber se estou sendo ouvido/ouvida? Onde poderemos nos “encontrar” para efetivamente negociarmos sobre aquilo que está sendo o motivo do “encontro”?

Sempre que queremos falar alguma coisa a alguém, queremos nos comunicar, queremos construir alguma coisa e para isso precisamos nos encontrar com as pessoas. E como se dão esses encontros? Entre professores/as e alunos/as, na maioria dos casos, na sala de aula, em outros casos os encontros podem se dar através das mídias. Só que não podemos limitar a noção de encontro à contato das materialidades, pois o que está envolvido no encontro são “bens” materiais e simbólicos. Se a linguagem é construtiva e se acreditamos que nosso encontro é para construirmos com quem estamos nos encontrando, qual é o papel do outro, que no nosso evento e/ou no nosso discurso só tem espaço para audição/visão e alguns poucos espaços de perguntas?

Se repararmos bem, nestes eventos, somente quando as perguntas começam é que percebemos, muitas vezes, que as pessoas não entenderam, ou estão interessadas em outras coisas e que então, a partir das perguntas, ou seja, a partir do ponto onde o outro

estava no encontro é que realmente o encontro começa.

O cineasta Eduardo Coutinho¹ radicaliza na sua relação com o público. Quando o convidam para dar alguma palestra, ele começa sempre sua fala quase sempre dizendo que não sabe o que está fazendo ali nem porque o convidaram e que o melhor seria a platéia dizer o que gostaria de saber dele: *até por que quem fala sem saber do interesse do outro corre o risco de falar coisas que absolutamente podem não interessar*(1999). Algumas pessoas acham que é charme de artista, pois normalmente, se Coutinho for provocado pode vir a falar muito. De qualquer maneira sua radicalização sempre me fez pensar muito sobre o assunto.

Claro que os discursos para grandes audiências são fundamentais e inevitáveis na sua estrutura, pois que ouvir é também estabelecer relações e encontros. O que está me interessando são os processos mais cotidianos e amiúdes, principalmente os das salas de aula e o que poderemos aprender com os encontros e desencontros cotidianos, a partir das noções de comunicação podem estar sustentando tais relações. Precisamos pensar que construções são possíveis levando-se em conta as relações de poder que perpassam tais encontros?

Sem pretender responder, mas tentando trazer mais alguns elementos que podem ser úteis para nossa jornada, gostaria de buscar outras abordagens comunicacionais implícitas nas propostas da comunicação comunitária, ou seja, quando da constituição de práticas comunicacionais em pequenos grupos, mediadas pela linguagem audiovisual.

Comunicação de pequenos grupos

Minhas experiências em comunicação alternativa, está baseada

¹ Eduardo Coutinho um dos documentaristas mais importantes do Brasil, dirigiu "Cabra marcado pra morrer", "Santo Forte", "Babilônia 2000" e muitos outros, com quem tive o prazer de compartilhar alguns anos de trabalho.

em pelo menos dois projetos: A TV Maxambomba e a TV Pinel.

Antes de aborda-los gostaria de convocar alguns assuntos que possam situa-los no contexto da comunicação e das novas tecnologias, para dar conta de uma dimensão planetária. Segundo Mattelart, as *grande redes de informação e comunicação, com seus fluxos "invisíveis", "imateriais", "formam territórios abstratos", que escapam às antigas territorialidades* (1999;166). Esta situação afeta nossa orientação espaço-temporal na leitura dessa nova "geografia", na qual não existe a experiência do "vivido", mas sim do "sentido" com novos referentes de localização e temporalidade. A imaterialidade é uma característica destes tempos que se aplicam inclusive ao capital, o dinheiro que circula no mundo como um fantasma, sem deixar vestígios na vida real das pessoas, sem gerar bens ou riquezas para a maioria da população.

Ainda segundo Mattelart (op. cit), a noção de comunicação-mundo tem sido cunhada a partir da noção de economia-mundo, e está baseada na lógica perversa das redes (ou semi-redes?) que funcionam com alguns centros em um trânsito desigual, criando paradoxos como: integrações e segregações, novas formas de exclusão, aumento de fortunas na ordem inversa do agravamento da situação de pobreza, mesmo nos pólos de emissão da rede.

É claro que esta discussão passa longe do cotidiano de muita gente que conhecemos, uma vez que não levamos na mochila as mesmas "coisas" para viver os mesmos tempos. Convivemos com culturas diferentes nas quais convivem o moderno e o arcaico. Um exemplo disso é o meu pai, que é de 1917 e que não acredita (como muita gente, aliás) que o homem foi à lua: "*Esses americanos pensam que o povo é besta, eles foram foi numa ilha dessas abandonadas por aí. Como é que o homem vai na lua, me diga?*"

Talvez seja oportuno nos perguntarmos: de que forma essas pessoas estão vivendo esses tempos ?

Outro bom exemplo é de uma historinha que escrevi quando tinha uma coluna em um jornal do bairro Jardim Bom Pastor,

periferia de Belford Roxo, Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Era um tablóide, realizado por um grupo de moradores e mantido com a colaboração do pequeno comércio local. Minha coluna chamava-se “Dois dedos de prosa”. A intenção era dar conta das experiências (vividas, imaginadas ou desejadas) dos moradores em seus momentos singulares. Isto dentro de um estilo literário, ou seja, com muitas metáforas e outras figuras de linguagem que davam um colorido a mais nos “causos” que eram ouvidos da própria comunidade.

O “causo” que quero contar, e que me parece ilustrar bem estes destempos,⁴ foi o seguinte: uma vez um sujeito me contou (e eu publiquei) que seu sogro “era uma pessoa muito ‘atrasada’ e não sabia nem fazer a letra ‘O’ com um copo. Estava sempre por fora das coisas mais “modernas”.” Caixa eletrônico de banco para ele era um mistério profundo.

Um dia, o tal rapaz foi ao banco e levou o sogro. Chegaram lá e foram direto para o caixa eletrônico e o rapaz, talvez por maldade e para ver como o velho se comportaria, disse ao sogro: “Olha, aí dentro tem uma pessoa que fica esperando a gente enfiar o cartão, escrever aqui (falava e mostrava) o que precisa, dinheiro e outras coisas e ele lá dentro vai fazendo o que a gente vai pedindo... Vou pedir uma ‘grana’...” Fez a operação. Colocou o cartão numa fenda do caixa eletrônico e depois ‘danou’ a bater numas teclas, sob o olhar “boquiaberto” do ancião.

De repente, como vindo de uma cena de ficção científica, da parte de trás do caixa eletrônico sai um homem, que tranqüilamente passando uma estopa nas mãos, diz que a máquina estava em manutenção e que é para eles se dirigirem a outra.

O velho, àquela altura “familiarizado” com a tecnologia, já se encaminhava para outra caixa, quando percebeu que seu genro estava como que congelado, pregado no chão, sem poder dar um

⁴ Martin-Barbero (in Mauro Wilton de Souza) usa a palavra castelhana “destempos” para identificar as anacronias e as diferentes relações com o tempo (1995:42)

passo. Voltou, sacudiu o genro e, num tom de repreensão, disparou: “Cê besta! Que cê tá pensando, o homem num tem nem direito de sair pra mijar não é?”

Assim, das questões levantadas por Mattelart (1999; 171), algumas nos parecem importantes trazer para este texto, como a seguinte: *“De que modo as inúmeras ramificações das redes que constituem a trama da mundialização adquirem sentido para cada comunidade, para cada cultura? De que modo resistem, adaptam-se, sucumbem a ela?”*

Estas são demandas importantes para que possamos pensar a questão da comunicação, mas que poderíamos tranquilamente remetê-las à educação brasileira pensando: Onde estamos situados neste novo mapa da mundialização? Como a educação – professores, alunos e pais – estão inseridos nestas problemáticas? Como meu/nossos cotidianos estão atravessados por estas questões? Quais são os *links*, os fios que compõem a trama da formação de professores que nos habilite a fazer frente a estes tempos?

Sem a pretensão de dar conta da complexidade da questão, a TV Maxambomba e a TV Pinel, têm experimentado atuar sobre os nossos “destempos” e as conseqüências deles para a comunicação e para a sua desconsideração, buscando pistas que nos ajudem a entender um pouco mais sobre os destempoespaços, as pessoas, os grupos e o conhecimento.

Nestas experiências o lugar, o grupo, os nomes, a subjetividade são fundamentais. Nelas a generalização e a homogeneização dão lugar ao estudo do cotidiano². O cotidiano aqui se apresenta como sendo aquele tempo-espaco onde acontecem as coisas para além da repetição e reprodução de uma estrutura social. Segundo Certeau (1994), é o espaco/tempo das singularidades, dos sujeitos reais e

² reconheci meu trabalho nestes projetos com esta noção de cotidiano quando eu e minha orientadora nos encontramos no mestrado em educação)

suas práticas. O estudo deste *cotidiano* nos leva a um conhecimento que não se contenta com as generalizações e as estatísticas. Para Certeau, as estatísticas *só encontram o homogêneo. Ela reproduz o sistema ao qual pertence e deixa fora do seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os "patchworks" do cotidiano (op.cit.p.46).*

Enfim, estudar o *cotidiano* é mergulhar em toda a sua pluralidade, sua complexidade e a sua irreducibilidade, pois que não é linear, nem previsível. Para se estudar o *cotidiano* temos que estar nele, ao contrário do que faz a ciência moderna: distanciamento, totalidade e reprodutibilidade daquilo que supõe como realidade generalizada e objetiva. Então vamos aos dois trabalhos, antes porém, contextualizando-os na discussão de comunicação alterantiva.

A comunicação alternativa³ surgiu, no contexto latino-americano sobretudo pela extrema desigualdade, opressão e injustiça social existentes, articulada em movimentos populares que, diante dessas condições, mobilizam-se para estabelecer mecanismos de contestação e organização: greves e manifestações, fortalecimento de associações, comunidades eclesiais de base, sindicatos e outros movimentos comunitários.

O barateamento dos equipamentos de produção e exibição de vídeo vai ser fundamental para o surgimento de diversas experiências. No Brasil, apenas como ilustração citarei algumas: TV Olho, Duque de Caxias, RJ; TV Anhambí, Prefeitura da Cidade de São Paulo; Ibase Vídeo, RJ; Fase (que tinha seu setor de vídeo); Iser vídeo, RJ; TV Sala de Espera, Belo Horizonte; TV Mocaranga, Santarém, PA; Bem-tv, Niterói, RJ; Rede Pixurum, composto por vários projetos de comunicação em áreas rurais da Região Sul; TV dos Trabalhadores, iniciativa ligada ao Centro de Estudos do Cajamar, SP; Necc/Facha, RJ; e muitos outros. Em 1984, diante da

3 Comunicação alternativa à comunicação de massa é um termo que escolhi para abrigar todas as auto-denominações como tevê comunitária, vídeo popular, tevê de rua, vídeo-processo, etc.

efervescência das experiências, é fundada a Associação Brasileira de Vídeo no Movimento do vídeo Popular – ABVPM, reunindo dezenas de grupos de vídeo popular em todo o Brasil.

Deste “movimento”, dois projetos se tornaram referência, tanto no Brasil, quanto no exterior: A TV Viva, fundada pelo Centro Luiz Freire, em 1982, em Olinda, PE, e a TV Maxambomba, fundada pelo Centro de Criação de Imagem Popular, em 1986, que funcionava na Baixada Fluminense, periferia da cidade do Rio de Janeiro. As duas experiências (mesmo não sendo na sua forma original, existem até hoje) tinham em comum a longevidade dos projetos e o fato de serem tevês de rua com exibições regulares, com equipes fixas e remuneradas (já que muitos projetos contavam com voluntários), concretizadas a partir da produção e apresentação de programas feitos nas comunidades das periferias em que atuavam.

Foi na TV Maxambomba onde comecei minha experiência em práticas comunicacionais baseadas na linguagem audiovisual e, nos últimos quinze anos, pelo menos, meus investimentos estão voltados para a educação/comunicação.

A TV Maxambomba tem investido esforços significativos em processos de comunicação, a partir da linguagem audiovisual, visando à democratização da informação e dos meios na busca de uma participação comunitária mais cidadã.

A Maxambomba circulava (1989/1998), prioritariamente, pela Baixada Fluminense, sob a forma de uma “tevê de rua” (uma kombi com um telão).

Nos seus objetivos estava o de que moradores desta região apropriassem-se da linguagem audiovisual para expressarem-se e, ao mesmo tempo, poderem perceber os “subtextos” na produção das imagens/sons.

Esta apropriação da linguagem da mídia pelos moradores se dá a partir da participação delas em processos de comunicação, dando visibilidade às formas de expressão de cada grupo, estando em jogo os elementos da trama de uma intersubjetividade que envolvem os

vários atores, além do conteúdo, o produto ou a mensagem que se pretende articular.

Nestas práticas, a produção e a exibição não existem como etapas estanques, mas integradas a um movimento circular. A produção não pode ser pensada desvinculada das formas de como se dará a exibição, e nela é preciso que continue o trabalho de modo participativo, ou seja, os presentes à exibição precisam ter espaço para se expressarem, se manifestarem sobre o que viram/vêm, dando uma nova dimensão do que foi apresentado, reelaborando o texto audiovisual, re-negociando sentidos.

Através da “câmera aberta”, se instala uma nova forma de participação que as tevês de rua utilizam na hora de exibição dos vídeos, ou seja, ela é o local onde microfones e câmeras estarão à disposição dos presentes, e estas imagens/sons estarão sendo projetadas, exibidas simultaneamente para todos, fazendo a ligação do “vídeo-tape” com o “ao vivo”. A *exibição*, a partir das noções de tevê de rua/comunitárias, passa a ser entendida enquanto o lugar da entrada de novos elementos (simbólicos ou não) no processo de comunicação, invertendo a lógica da audiência das tevês convencionais, já que, para tais mídias, o espaço doméstico é o local por excelência de vivência do *público*, influenciador dos processos de socialização. Já nas tevês de rua/comunitárias, esta audiência se dá de forma coletiva e preferencialmente em locais públicos, valorizando uma intersubjetividade produzida pelas imagens/sons, e pelas manifestações das várias subjetividades dos que estão presentes sobre tais produtos/processos simbólicos. O individual e privado dá lugar ao público, abrindo espaço para o coletivo.

Tais processos de comunicação, mediados pela linguagem audiovisual, se diferenciam das lógicas de produção das tevês de massa. Na comunicação comunitária o processo de produção está baseado numa metodologia participativa, na qual, além do vídeo-produto, o processo é considerado, também, como sendo de extrema importância, pois é neste tempo-espaço onde vão estar sendo

trançadas, às diferentes subjetividades, as possibilidades de lidar com a técnica e com a tecnologia, que vão dar o tom da linguagem audiovisual, que passa a ser tratada como “*um material sensível produzido e apreendido num contexto relacional, a partir de regras, intenções, desejos e expectativas nascidas e expressas neste contexto (CASTRO apud FRANÇA, 1996)*”.

Além da TV Maxambomba, a partir de 1996 tenho ajudando a desenvolver o trabalho da TV Pinel, que é uma tevê realizada dentro do Instituto Philippe Pinel, um hospital psiquiátrico do Rio de Janeiro. A TV Pinel é realizada por usuários dos serviços de saúde mental, funcionários e técnicos.

A TV Pinel, diferentemente da TV Maxambomba, tem um espaço geográfico definido de atuação cotidiana e elementos que permitem a muitos seres humanos, de diversas partes do mundo, identificarem-se com sua temática: a loucura.

A experiência da TV Pinel está fortemente vinculada à reforma psiquiátrica que vem sendo instituída no Brasil, que propõe novas formas de relacionamento com a loucura. Nasce a partir de outros paradigmas que não os da exclusão física e simbólica, mas pela busca de uma nova cidadania com novas formas de convívio das diferenças na sociedade, na luta pelo fim dos manicômios. Propõe a criação outros serviços que se norteiam por novas maneiras de enxergar o sofrimento psíquico.

A TV Pinel tem-se mostrado como um valioso instrumento de intervenção cultural, tanto para a comunidade do hospital, como para a discussão da questão da saúde mental de uma maneira geral, assumindo-se como uma experiência em comunicação popular bem sucedida e que, a partir de sua prática de tevê comunitária, vem contribuindo naquilo que é um dos seus grandes objetivos: *mudar a imagem da loucura*³.

Alternativa a um modelo de tevê que para cumprir seu papel de

³ Este é um dos principais objetivos da TV Pinel, que se originou nos processos de diálogo da comunidade do hospital, principalmente dos usuários.

falar para muita gente, numa perspectiva massiva, tem que reduzir as diferenças ao mínimo, conectando e tornando imbricados, espetáculo e cotidianidade.

Neste afã pelo achatamento das diferenças, segundo Martín-Barbero, essa televisão trabalha de forma paradoxal

“uma aproximação ou ‘familiarização’ que, explorando as diferenças superficiais, acaba nos convencendo de que, se nos aproximarmos o bastante, até os mais “distantes”, as mais, as mais distanciadas no espaço e no tempo, se parecem muito conosco; e um distanciamento ou ‘exotização’ que converte o outro numa estranheza mais radical e absoluta, sem qualquer relação conosco, sem sentido para o nosso mundo.(p.251)”

O autor nos permite refletir sobre a situação dos loucos na mídia, na medida em que esta, ao “cunhar” uma imagem associada à violência, à bestialidade, à incapacidade, ou ainda quando o transforma em exótico, o distancia da convivência social reforçando os instrumentos de exclusão, sendo um outro muro do manicômio. Talvez o mais difícil de derrubar: o muro que faz a exclusão simbólica.

E ainda Martín-Barbero conclui dizendo que *“o que se impede é que o diverso nos detenha, nos questione, mine até o nosso mito de desenvolvimento, segundo o qual existe um único modelo de sociedade compatível com o progresso e, portanto, com o futuro.(p.251)”*

Então, este é o “canal” da TV Pínel. Viajar na dimensão do imaginário, num diálogo permanente entre as pessoas do hospital, mas também dali com a sociedade em geral, tentando transpor o *muro simbólico* reaproximando a loucura do cotidiano, conectando novos sentidos de convivência de respeito às diferenças.

Na minha trajetória, tenho também dado consultoria a diferentes projetos, em diferentes lugares, coordenado cursos, organizado seminários, dado palestras e coordenado a implantação de projetos em comunicação em grupos que se juntam a partir de interesses específicos, desejosos de usar a linguagem audiovisual. Pela variedade dos grupos e de experiências com que tenho trabalhado, pretendo, provisoriamente e para fins “didáticos”, nomear minha atividade como sendo a de trabalhar em *práticas comunicacionais com pequenos grupos baseadas no uso das linguagens das mídias eletrônicas, principalmente da tevê e do vídeo*.

Tais *práticas* consistem em trabalhar em pequenos grupos, que estão à margem do campo da produção, apropriações e experiências de participação coletiva, a partir da linguagem da mídia audiovisual, redimensionando o uso de tais mídias a partir das questões dos sujeitos envolvidos.

Não se trata de “treinamento” ou “capacitação”, mas algo além. É a possibilidade de pessoas que estão fora dos processos de produção da mídia descobrirem sua “metalurgia” enquanto se expressam e dão visibilidade às suas questões. Como a linguagem do vídeo não pressupõe o isolamento insular da escritura, mas justo o contrário: exige um trabalho coletivo, no qual a interlocução é um fluxo que vai definindo a tessitura.

Esta interlocução ou relação de reciprocidade, baseada numa materialidade simbólica (o produto/processo do audiovisual) "é um ato de compartilhamento, de projeção intersubjetiva e que supõe a tensão dialética entre a identidade e a diferença" (França, in Filé, 00).

As *práticas comunicacionais*, na verdade, são processos de comunicação em pequenos grupos onde vão estar sendo tecidas (e conseqüentemente deixando pistas) as redes de saberes e fazeres dos sujeitos envolvidos.

Para refletirmos sobre a linguagem audiovisual numa perspectiva participativa, necessitamos trabalhar noções de *comunicação, mídia e linguagem* para nos possibilitar um diálogo com nossos anseios mais democráticos.

Desta forma, não podemos assumir teorias que obedeçam a uma orientação clássica condutista, ou seja, aquela que divide em espaços estanques, emissor, mensagem, e receptor.

Tais teorias entendem ainda que os meios, ou as mídias, são simples instrumentos de transmissão das mensagens do emissor ao receptor. Segundo estes pensamentos (e outros reformados), todo o poder da comunicação estaria do lado da produção, sendo o receptor um simples consumidor passivo dos produtos veiculados, comportando-se como uma “massa ignara” que, diante do poder da mídia, só lhe “restaria a liberdade de pastar a ração de simulacros que o sistema distribui a cada um/a” (Certeau, 1998, p260).

E ainda falando do “receptores”, chamado por Certeau de “leitores” (inclusive da linguagem audiovisual), não se pretende que estes sejam considerados “sujeitos”, simplesmente quando forem capazes de tomar o lugar da produção. Sua prática é outra:

“Longe de serem escritores , fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos servos de antigamente mas agora trabalhando no solo da linguagem, cavadores de poços, construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram (...) o telespectador lê a paisagem de sua infância na reportagem da atualidade. A telespectadora que diz da emissão vista na véspera: ‘era uma coisa idiota, mas eu não desligava’, qual era o lugar que a prendia, que era e no entanto não era o da imagem vista?” (p.269-270)

Assim, nas experiências em que participei, tanto na Tv Maxambomba, TV Pinel e em outros projetos, a tecnologia e a técnica não são considerados pontos de partida, mas suporte para que as diferenças e os conflitos possam ser explicitados, negociados ao invés de reduzidos.

E aí...

Depois de tudo isto dito, o espaço que buscamos para reflexão sobre a comunicação deve estar deslocado da referência única das tecnologias hegemônicas e seus usos tradicionais para um lugar onde possamos partir das relações sociais mais próximas e cotidianas. Assim, preferimos então que comunicação seja entendida como

a modelagem mútua de um mundo comum no meio de uma ação conjugada: é nossa realização social por ato de linguagem, que empresta vida ao nosso mundo (...) De fato uma tal rede de gestos de conversação comportando suas condições de satisfação, constitui não um instrumento de comunicação, mas a verdadeira trama sobre a qual se desenha nossa identidade (Varela, Conaitre, in Quere, 1991, p. 2).

Esta maneira de entender a comunicação possibilita pensarmos não só no sentido das mensagens e a negociação desta com quem o produziu, mas em dar conta também dos sentidos dos processos e das práticas que vão ser importantes para nosso trânsito no mundo. Ou seja, quando falamos em comunicação, por exemplo na escola, não estamos apenas falando de como professores e alunos chegam a um acordo sobre uma determinada mensagem, mas sim como são tecidos os processos de interlocução, como são negociadas tais práticas e como explicitamos as relações de poder e exercitamos o partilhamento da autoridade (Santos, 00).

Bibliografia:

- CERTAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano - artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COUTINHO, Eduardo (entrevista) *Os dois lados da câmera*. In FILÉ, Valter (org) **Batuques, fragmentações e fluxos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000:69/82
- VON FOERSTER, Heinz. *Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem*. In SCHNITMAN, Dora Fried (org). **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996: 62
- PEARCE, W. Barnett. *Novos Modelos Comunicacionais: a passagem da teoria à prática, do objetivismo ao construcionismo social e da representação à reflexividade*. In SCHNITMAN, Dora Fried (org). **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996:176
- QUERÈ, Louis. *D'un modèle épistemologique de la communication à un Modèle praxéologique*. In: **Reseaux**. Paris: Tekhe, março-abril1991;46/47.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da Razão indolente - contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

